



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
O comércio de madeira como estratégia de classe para a reprodução da desigualdade na democracia ateniense (sécs. V-IV a.C.)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gabriel da Silva Melo	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense	PPGH-UFF	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Neste trabalho pretendo analisar as relações comerciais de longa distância entre a cidade-Estado de Atenas e o reino da Macedônia no que diz respeito ao comércio da madeira.</p> <p>O objetivo é apontar a historicidade do Estado na Antiguidade. Normalmente os atenienses engajados no comércio com essa região o fazem em benefício próprio, inclusive contra os interesses coletivos da cidade-Estado. E ainda quando estão alinhados interesses privados e públicos, os protagonistas tentam instrumentalizar os ganhos, advogando para si reconhecimento e prestígio por parte dos seus pares, ao mesmo tempo que demonstram superioridade diante dos seus concidadãos não tão abastados.</p> <p>Desta forma, creio que exista uma contradição dialética entre o comércio de madeira e o funcionamento da democracia ateniense: por um lado há pessoas que agem visando a manutenção de seu status quo, inclusive contra os interesses da comunidade, mas que, conseqüentemente, acabam provendo as necessidades de consumo de um produto que garante a reprodução do sistema; por outro, uma comunidade baseada na igualdade entre seus cidadãos é institucionalmente forjada de forma que a reprodução da desigualdade seja garantida.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Democracia ateniense; comércio; desigualdade social			
ABSTRACT			
<p>On this paper I intend to examine the long-distance commercial relationships established between the city-State of Athens and the Macedonian Kingdom in the Classical Period, specially the timber trade.</p> <p>The aim is to focus on the historicity of the State in Antiquity. Usually, the Athenians engaged in trade and commerce with the region of Macedon do this for private benefit – and even against the public benefit. Even if the wants of private and public spheres are the same, the elite on the control of trade and commerce tries to use it politically on her own to gain the honor of the peers or to show her upper status before the poorer citizens.</p> <p>Therefore, I think that exists a dialectical link between the timber trade and the proper operation of the Athenian democracy: on the one hand there are people who behave aiming only the maintaining of the status quo, but their behavior can bring some benefits to the community as a whole, specially providing the product in wich is one of the bases of the system; by the other hand, a community based on the equality of their citizens is institutionally forged to secure the reproduction of the inequality within it.</p>			
KEYWORDS			
Athenian democracy; trade and commerce; social inequality			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

O Comércio de Madeira Como Estratégia de Classe para a Reprodução da Desigualdade na Democracia Ateniense (sécs. V-IV a.C.)

Gabriel da Silva Melo (NIEP Pré-K – UFF / Nereida – UFF)¹

Introdução:

Desde o século XVIII a democracia ateniense é vista como modelo de bom governo. É possível perceber a influência desta formação econômico-social no pensamento político dos chamados “pais fundadores” da república dos Estados Unidos, assim como é perceptível o peso desta marca na historiografia norte-americana, ainda nos dias atuais, no que se refere aos estudos clássicos. Neste sentido, pode-se citar a assertiva de Finley de que a palavra “liberdade” seria intraduzível em babilônio ou chinês antigos² como um bom exemplo do que podia pensar um historiador simpático à democracia antiga. Em um lugar distante do ocupado pela tradição liberal no espectro político, também pode-se notar uma certa nostalgia com relação à democracia de Atenas. Entre os marxistas, certamente é Ellen M. Wood³ que, ao elaborar uma crítica à definição do mundo grego oferecida por G. E. M. de SteCroix⁴ como uma sociedade escravista e optar pelo conceito de “sociedade de base camponesa” acaba formulando uma visão muito otimista no que concerne ao protagonismo dos produtores diretos diante da condução política de seu próprio destino.

A democracia ateniense não foi a primeira e nem mesmo a única democracia antiga. No entanto, foi a que durou mais tempo e a que melhor se consolidou (por volta de dois séculos, com alguns anos de suspensão entre 411 e 403 a.C.⁵). O caráter excepcional deste regime político na história grega antiga deve servir de alerta aos historiadores quanto às tentativas de generalização do funcionamento da *pólis* dos atenienses para outras cidades-Estado gregas. Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração para evitar qualquer leitura idílica é iluminado por algumas informações demográficas. Ao longo do tempo os historiadores divergiram radicalmente sobre o número de habitantes da Ática, o território de Atenas. Atualmente, ainda não é possível falar de um consenso, mas se considerarmos os números que proporei aqui apenas como ordens de grandeza, variáveis um pouco para cima ou um pouco para baixo, fica mais claro aquilo que Fernand Braudel chamou de “os limites do possível”⁶ estabelecidos pela demografia.

Os cidadãos com plenos direitos políticos deveriam corresponder a algumas características específicas para que pudessem gozar de tal condição na democracia ateniense: após as reformas de Péricles (451) deveriam ser filhos de pai e mãe atenienses⁷, homens e adultos (ou seja, deveriam

¹ Mestrando em História Social pela UFF. E-mail: melogabriel89@gmail.com

² Finley (1968: 308)

³ Wood (1988: 64-80)

⁴ deSteCroix (1981: 205-25)

⁵ Todas as datas relativas à Antiguidade neste texto se referem ao período anterior a nossa era, salvo exceções devidamente indicadas.

⁶ Braudel (2005: 26)

⁷ Mossé (2008: 131)

passar pelo ritual da *ephebia*, aos dezoito anos, para cumprir o serviço militar e adquirir o equipamento hoplítico). Na condição de cidadão, pleno de seus direitos políticos e sociais, o ateniense se diferenciava dos não-cidadãos que habitavam esta mesma cidade-Estado basicamente em três níveis: controlava a estrutura institucional do Estado, estava livre dos encargos tributários e tinha direito a adquirir propriedade imobiliária no território ático. É a partir deste tripé que se estabelece na historiografia a conhecida figura do camponês-soldado-cidadão, o tipo-ideal da liberdade no mundo grego. A realidade, no entanto, era um pouco mais confusa do que isso, com a cidadania sendo posta em xeque por adversários políticos, escravos se passando por cidadãos, metecos (estrangeiros residentes) tendo acesso a propriedade imobiliária, etc. O que importa dizer aqui é que esses cidadãos plenos não somavam mais do que 30.000 pessoas durante o século IV, ou seja, em torno de 10% do total da população ática, composta, no restante, por suas famílias (70.000~80.000 pessoas), por metecos e seus familiares (~40.000) e por escravos (100.000~150.000). Neste sentido, a democracia ateniense, em seu âmbito institucional, era gerida por uma fração muito pequena da população total do território, o que, por si só, já deveria ser motivo para evitar qualquer tipo de nostalgia por parte de pessoas que defendem que os seres humanos devem tomar seus destinos em suas próprias mãos, seja individualmente, no caso dos liberais, seja coletivamente, no caso dos marxistas.

Ainda assim, Finley e Ellen Wood, de maneiras diferentes, apontam para o fato de que, sim, a democracia ateniense era *sui generis*. O fato de a cidadania, mesmo que fosse restrita a uma pequena parte da população, ser exercida de forma direta e sem critérios censitários é algo que distingue a experiência ateniense das demais configurações políticas existentes no mundo grego. Quando o grande aristocrata terratenente e o reles remador da trirreme têm os mesmos direitos de voz e voto, ao menos teoricamente, nas assembleias, conselhos e tribunais (o tripé institucional do Estado democrático ateniense) é inegável que abrem-se algumas possibilidades históricas totalmente negadas em outros lugares. Da mesma forma, ao ampliar o foco das relações sociais para além do âmbito meramente jurídico, ou seja, aquele que distingue cidadãos, metecos e escravos entre si, Ellen Wood aponta para a existência dos conflitos sociais de um ponto de vista sistêmico, tentando explicar as divisões de *status*, não as tomando como algo dado. Se é verdade que ela diminui demasiadamente o peso que a relação entre senhores e escravos tem na correlação de forças entre as classes sociais desta formação econômico-social, por outro lado ela sublinha um aspecto antes negligenciado: a luta de classes se faz presente também no seio da população livre entre pequenos camponeses e senhores de terras. E também, acrescento eu, de forma mais geral, entre ricos e pobres, principalmente no século IV⁸. Temos, portanto uma configuração complexa dos

⁸ Ver: Mossé (1962)

conflitos de interesse e das disputas políticas e sociais que não pode ser reduzida aos diferentes estatutos jurídicos nos quais eram encaixadas as pessoas.

Se é verdade o que Marx fala a respeito de não haver, como tal, na realidade, uma produção em geral⁹ e também que os homens só podem ser os homens historicamente reais¹⁰, acredito que, partindo do mesmo princípio dialético e materialista, só é possível falar de Estado e de comércio no seu devir histórico específico, pois as características gerais que nos permitem chamar algo de Estado ou de comércio, do ponto de vista trans-histórico, são as mesmas que nos impõe a tarefa de explicar, pela sua ausência como conjunto, as verdadeiras experiências construídas pelos homens em cada contexto histórico específico.

Provindo desta dialética, portanto, é prudente que o historiador que trabalha a partir do materialismo histórico se distancie de duas concepções paralelas, intimamente relacionadas, a despeito de aparentemente opostas. Uma concernente a uma concepção idealista de Estado e a outra a uma concepção formalista da Economia. Um exemplo da primeira pode ser encontrado já no título de um trabalho de Victor Ehrenberg: *The Greek State*, no singular. O autor objetiva perseguir uma definição do que seja o Estado grego em geral, reconhecendo, porém, que isto é apenas uma abstração, um tipo-ideal, uma série de características que podem aparecer, na realidade, de maneiras diversas e determinadas. Diz: “devemos falar de ‘*pólis*’ como falamos de ‘monarquia absoluta’, ‘democracia moderna’, ou de ‘sociedade da alta ou baixa Idade Média’”¹¹. Quanto à concepção de Economia hegemonicamente vigente na historiografia atual, pode-se citar a recente obra de Alain Bresson, *L'Économie de la Grèce des Cités*, na qual o autor tenta conciliar o que há de mais moderno na economia ortodoxa, ou seja, de matriz neo-clássica, com uma análise histórica e sociológica do mundo grego antigo¹². Obviamente o problema está na premissa de partida: a de que as economias, sejam elas quais forem, funcionam razoavelmente sob as mesmas regras tanto no modo-de-produção capitalista quanto em qualquer outra sociedade, diferindo apenas por conta das diversas configurações institucionais que atrapalham mais ou menos o seu desempenho.

Pretendo demonstrar as insuficiências de uma interpretação “estadocêntrica” das relações econômicas entre gregos e não-gregos, especialmente a partir dos casos do comércio de madeira com a Macedônia, apontando que, mais do que relações econômicas entre dois Estados que se confrontam em uma arena internacional, temos a configuração de alianças entre elites de diferentes Estados que agem, inclusive, em contradição com os interesses da comunidade a que pertencem. Do ponto de vista dos atenienses, aquele no qual estou interessado nos limites deste trabalho, é possível perceber que a ação de grandes homens que controlavam este tipo de comércio através do

⁹ Marx (2011: 59)

¹⁰ Marx & Engels (2007: 43)

¹¹ Ehrenberg (1960: 3)

¹² Bresson (2007: 3-36)

estabelecimento de relações pessoais visava manter a sua posição eminente no âmbito da democracia ateniense, não apenas com relação aos seus pares, advogando mais prestígio, mas com relação à comunidade, através de um autoelogio aparentemente despretensioso que os mantivesse em posições de liderança. Esse tipo de ação é, ao mesmo tempo, exemplo e motivo da manutenção de uma desigualdade social acentuada no seio do próprio corpo cívico, onde, institucional, ideal e ideologicamente, todos eram apresentados como iguais.

O Comércio de Madeira com o Reino da Macedônia:

O poderio naval de Atenas é uma das características mais bem estudadas do período clássico na história grega. Desde que Temístocles sugeriu um programa naval¹³ para a construção de uma poderosa armada de guerra capaz de deter os avanços persas no mundo grego (durante os anos 480) – estratégia que se mostrou bem sucedida – até a batalha de Egospotamos, que determinou a derrota ateniense na Guerra do Peloponeso (405), é possível enxergar a proeminência de Atenas nos negócios referentes ao mar. Neste intervalo de tempo, Atenas construiu uma vasta hegemonia no Mar Egeu, baseada em sua marinha de guerra e, justamente por essa característica, o “policiamento” dos mares pelos atenienses ficou conhecido como *thalassocracia*. Foi nesse poder marítimo que Atenas fundamentou a construção de seu império durante o século V, garantindo ganhos diversos que a possibilitaram fazer frente a Esparta, até então a mais temível máquina de guerra do mundo grego. Mesmo após a derrota de Atenas, os atenienses continuaram a deter uma grande capacidade naval, na qual sustentaram – frustradas – esperanças de deter os avanços da Macedônia durante o século IV.

Pesquisas recentes corroboram os relatos de Teofrasto e Pausânias de que a Ática não contava, no período clássico, com a quantidade e qualidade de madeira suficientes para atingir a sua demanda de consumo, fazendo com que os atenienses tivessem que recorrer às trocas para conseguir este produto¹⁴ tão essencial em uma comunidade pré-capitalista. A partir do período clássico a demanda por este produto aumentou significativamente em Atenas. Quatro razões fundamentais são apontadas por Meiggs: 1) o desenvolvimento da marinha ateniense; 2) a transformação dos padrões de construção pública; 3) o crescimento das manufaturas; 4) o aumento populacional de Atenas e do Pireu¹⁵.

A madeira era um produto cujo uso era vital em diversas áreas da economia na Grécia Antiga. Usada como lenha, servia como combustível. Um de seus subprodutos, o piche, era essencial como impermeabilizante, sendo usado na construção naval com esta finalidade, mas

¹³Casson (1971: 90)

¹⁴Thommen (2009: 34-41)

¹⁵Meiggs (1982: 193)

também como combustível, principalmente para iluminação. O constante estado de guerra em que se encontrou a cidade de Atenas requeria também um regular reabastecimento de madeira que possibilitasse a confecção de armamentos, instrumentos necessários para sitiá-la ou defender cercos, etc. Os usos domésticos também eram muito importantes, como nas mobílias ou equipamentos necessários para lavrar os campos e confeccionar ferramentas. Além disso, os telhados, pórticos e muitas outras partes essenciais da construção urbana também requeriam grandes quantidades de madeira. No caso ateniense isso era ainda mais importante tendo em vista não apenas as grandes construções realizadas no século V, mas também as reconstruções derivadas de incêndios e batalhas que atravessaram o período, como contra os persas e os espartanos¹⁶.

Por fim, a indústria naval certamente é onde o uso de madeira se destaca. Não apenas são necessárias grandes quantidades, mas também uma qualidade específica de madeira, a qual os autores antigos são unânimes em apontar que não existia em Atenas. Além disso, todo um tratamento especial é necessário, pois para os mastros, remos e algumas partes do casco dos navios, não era possível cortar as árvores e madeiras em tamanhos muito pequenos, além de ser necessário realizar o corte e o processamento das árvores em uma determinada época para que elas não ficassem muito pesadas, demasiadamente flexíveis ou pouco resistentes¹⁷. Cada finalidade exigia um tipo específico de madeira, proveniente de uma árvore diferente, como o freixo, o salgueiro, o cedro. Ademais, o transporte dos troncos era fundamental e exigia grandes esforços de logística, já que boa parte das florestas que serviam de fontes de madeira estavam localizadas em regiões montanhosas e entrecortadas por rios, fazendo com que o transporte variasse do deslizamento dos troncos pelo curso dos rios, passando pelo carregamento em carroças por via terrestre e o reboque dos mesmos por navios até o local de uso. Não era, portanto, uma atividade trivial e que exigisse pouca especialização.

Sobre a indústria naval ateniense durante o século V, de acordo com Borza:

“As necessidades de um centro imperial, no entanto, requeriam quantidades expressivas de madeira estrangeira. (...) Em um período de 70 anos, entre 480 e 410, Atenas nunca manteve menos do que 200 navios de guerra de uma só vez, aproximando-se do número de 300 ocasionalmente. A vida média de um trirreme era por volta de 20 anos. Levando em conta um plano anual de reposição de 20 navios devido à deterioração e mais a reposição de embarcações perdidas em tempestades e ações hostis, talvez 1500 trirremes tenham sido construídos durante o período considerado.

Os requerimentos de madeira para tal programa naval eram enormes. Por exemplo, cada trirreme carregava 170 remos, mais 30 sobressalentes. Consequentemente, pelo menos 300.000 remos, cada um com aproximadamente 5 metros, devem ter sido um complemento necessário para os navios. O número de árvores derrubadas necessárias para suprir esses requerimentos é virtualmente incalculável”¹⁸

¹⁶ Sobre os usos da madeira na Grécia Antiga: Borza (1987: 32)

¹⁷ Meiggs (1982: 116-153)

¹⁸ Borza (1987: 34)

Atenas não dependeu apenas da madeira vinda da Macedônia. Os atenienses podiam retirar de suas próprias propriedades boa parte daquilo que precisavam para o uso cotidiano, recorrendo ao trabalho nos bosques, sempre referido como parte importante da vida rural ateniense. Além disso, podiam importar madeira de outros lugares cuja produção estava acima das necessidades de consumo interno, como da Magna Grécia, do Ponto Euxino ou de outras partes do mundo grego. No entanto, durante o período aqui analisado, quase sempre Atenas esteve envolvida em algum tipo de conflito armado envolvendo antagonistas destas regiões ou que tentavam controlar o acesso a essas regiões. Uma situação permanente de guerra, na qual a paz era a exceção, torna inviável qualquer tipo de análise econômica que se reduza aos ganhos ou perdas advindos da atividade comercial. Neste sentido, a complexa relação que os atenienses, como comunidade, mantiveram com os macedônios durante os séculos V e IV se mostrou um campo fértil para que se tecessem redes de contato entre as elites de ambas as localidades, garantindo, desta forma, um acesso constante à madeira macedônica, nem sempre sancionado, como veremos, em tratados comerciais formais entre os dois Estados.

Na Macedônia, o rei tinha a prerrogativa de dispor como quisesse de todas as florestas – bem como de outros recursos naturais, como minas¹⁹. Neste sentido, encontramos uma diferença crucial entre o reino macedônico e a democracia ateniense, na qual as florestas e os bosques podiam ser livremente explorados pelo proprietário das terras em que se encontrassem, ao contrário das minas, cuja exploração dependia de concessões feitas pelo Estado a particulares²⁰. A extensão territorial do reino da Macedônia, concentrado ao norte da Grécia, foi ampliada para nordeste, indo até a foz do rio Estrimão e acrescentando ainda mais áreas de florestas cobiçadas por todo o Egeu e o Mediterrâneo Oriental. Os antigos se referem várias vezes à importância de se manter boas relações com a Macedônia por conta de sua capacidade produtora de madeira, assim como os persas, ao invadirem a Grécia e tornarem a Macedônia um de seus estados vassalos, apressaram-se em proibir o comércio entre gregos e macedônios, o que continuou ocorrendo nos territórios montanhosos, longe dos olhos de Dário e Xerxes – indicativo importante de que as raízes das relações comerciais estavam enterradas muito mais profundamente do que a superfície das relações interestatais nos facultava enxergar. Apesar do privilégio real de dispor de todos os recursos florestais, certamente eles eram cedidos a particulares, embora, em última instância e, teoricamente, sempre pudessem ser revogados e imperativamente estivessem submetidos à aprovação real de qualquer negócio.

A fundação da colônia ateniense de Anfípolis, às margens do rio Estrimão, dialeticamente foi um ponto de desentendimento entre Atenas e Macedônia, ao mesmo tempo em que reforçou os

¹⁹Borza (1987: 39)

²⁰Hopper (1961: 149)

laços comerciais envolvendo macedônios e atenienses. Estando a meio caminho da Ática para o Mar Negro, rota importante de circulação de grãos, peixes salgados e escravos, o estabelecimento de militares atenienses em Anfípolis garantia prioritariamente: 1) o controle da rota comercial de abastecimento de grãos e escravos da Cítia em direção a Atenas; 2) a proximidade com uma parte particularmente importante do território macedônico no que diz respeito à produção de madeira; 3) o controle sobre uma importante produção aurífera de tradição trácia; 4) do ponto de vista macedônico, uma incômoda presença armada na fronteira de seu território, tão dificilmente conquistado após a devastação promovida pelos persas no início do século V. A ocupação de Anfípolis nunca se consolidou totalmente. A cidade foi invadida pelos trácios antes de ser refundada alguns anos depois, a população ateniense, sempre em menor número, conviveu de perto com outros povos e culturas cujo histórico de hostilidades com Atenas não era pequeno e, por sua posição estratégica, foi palco de batalhas contra persas, trácios, espartanos e macedônicos ao longo dos séculos V e IV. Ainda assim, é importante ressaltar que o assentamento de uma elite política e guerreira na cidade de Anfípolis ilustra bem como as relações construídas no subterrâneo da institucionalidade, ou seja, por baixo e além dos limites impostos pela inconstante situação política que envolvia Atenas, a própria Anfípolis e diversos outros Estados, foi fundamental para garantir a manutenção da abertura de rotas comerciais, especialmente através da construção de relações pessoais de amizade e hospitalidade entre as elites gregas e macedônicas.

Vale à pena analisar alguns casos concretos em que o comércio de madeira foi politicamente instrumentalizado visando a reafirmação do prestígio de uma elite dentro do seio do corpo cívico da democracia. Para isso os textos dos oradores áticos são uma importante fonte.

O caso a seguir é o do oligarca Andócides. O texto se trata de um discurso proferido por ele mesmo na Assembleia. Após a derrota na Guerra do Peloponeso, a democracia foi derrubada por um golpe oligárquico em Atenas no ano 411. Neste contexto, 400 oligarcas foram encarregados de governar a cidade e realizar políticas pró-espartanas. O número de governantes foi considerado pequeno por boa parte da elite ateniense, que se viu fora da administração e reclamou um governo dos 5000, em vez dos 400, incluindo assim a classe censitária dos *zeugitai* na condução da *pólis*²¹.

Neste conturbado contexto que durou cerca de oito anos, Andócides, desacreditado por seus aliados políticos e com boa parte dos seus direitos de cidadania cerceados em Atenas, acaba se exilando por vontade própria, visando angariar fundos, materiais e humanos, que o possibilitassem recuperar o prestígio e retornar a Atenas em uma posição mais compatível com a sua condição de elite. Após a restauração da democracia, em 403, Andócides é convocado para prestar o seu relato na Assembleia, explicando a situação que o levou ao exílio, bem como suas atividades naquele período e o seu retorno, já que muitos dos oligarcas estavam sendo expulsos da cidade e tendo seus

²¹Pomeroy et al. (1999: 311)

bens confiscados caso ficasse provado que tinham contribuído diretamente para o golpe oligárquico. Neste discurso, Andócides advoga ter prestado serviços muito importantes à *pólis* dos atenienses, mesmo nos momentos em que esta não o acolheu:

“De fato eu, de uma só vez, comecei a suprir suas forças em Samos com remos – isto foi depois que os Quatrocentos haviam tomado o poder em Atenas – já que Arquelau tinha conexões hereditárias com a minha família e me concedeu o direito de cortar e exportar o quanto eu quisesse. E não somente eu os supri com remo; me recusei a cobrar mais por eles do que haviam custado para mim, embora eu pudesse ter obtido um lucro de cinco dracmas por peça. Além disso, os supri com grãos e bronze. Desta feita equipadas, as forças em Samos puderam derrotar os peloponésios no mar; e foram eles, e apenas eles, que salvaram Atenas naquele tempo. Agora, se aqueles heróis prestaram a vocês um verdadeiro serviço através de seus feitos, eu posso justamente afirmar que o serviço não se deveu a mim em menor medida! Não tivesse o exército sido abastecido com estes suprimentos e eles estariam lutando não para salvar Atenas, mas, sim, as suas próprias vidas.”²²

À época do golpe oligárquico em Atenas, outra tentativa foi feita, desta vez na ilha de Samos, onde estava guarnecida a armada ateniense. O golpe falhou, e é a esse episódio que Andócides se refere. Um primeiro fator que é importante ressaltar, é que Andócides não era um orador profissional. Ele era um político de bastidores, sua influência sendo exercida muito mais *enpetit comité* do que diante das grandes e conturbadas audiências das assembleias finais da Guerra do Peloponeso. Por outro lado, sua proeminência, como ele explicita no texto, vem de outras fontes. Não tanto um líder bélico, um grande general, mas sim um homem com importantes contatos. Sua família tinha relações de *xenía* com os antepassados de Arquelau, provavelmente a família do rei Pérdicas II. A ascensão de Arquelau ao trono da Macedônia não foi tranquila, tendo sido colocada em dúvida inclusive a sua legitimidade como filho de Pérdicas II²³. Pérdicas II não manteve boas relações com a cidade de Atenas durante o seu reinado, porém, isso não o impediu de ter familiares de Andócides como *xenói*, o que facultou o mesmo a requerer a ajuda de Arquelau para suprir a armada ateniense em Samos. Andócides tenta instrumentalizar sua relação pessoal com o rei macedônio, o que provavelmente foi uma troca de favores muito mais ligada à relação de suas famílias do que à da Macedônia com a democracia ateniense, visando recuperar seus direitos políticos em Atenas, bem como ser publicamente reconhecido como um grande prestador de serviços que permitiram a Atenas não sucumbir totalmente durante o período das oligarquias. Coloca-se, portanto, não como oligarca, mas como cidadão, um igual de todos aqueles nas mãos dos quais seu destino se encontrava ao final daquela assembleia, mas que, como era sabido por todos, não era e nem ao menos se concebia como parte desta igualdade estrita. Os atenienses da democracia recém restaurada não foram solidários com Andócides, não engoliram seu autoelogio e, mais uma vez, exilaram um membro da elite, outrora orgulhoso de ser um oligarca, agora pretensamente arrependido de seu posicionamento. Ainda assim, a mera tentativa de se apresentar desta forma nos

²²Andocides 2.11-12.

²³Roisman (2010: 155)

indica como deve ter sido a tônica do discurso nos julgamentos dos oligarcas após a restauração democrática, deixando não apenas entrever que o corpo cívico não era um todo homogêneo, mas, principalmente, sinalizando que não poderia haver perdão para aqueles que fizeram sua vida, sua carreira política, às expensas da maioria dos cidadãos.

Outro caso em que ficam claras as relações entre atenienses e macedônios através do comércio de madeira pode ser visto no discurso *Contra Timoteu*. Chegou até nós como um discurso de Demóstenes, mas sabe-se hoje que era um caso de Apolodoro contra um eminente general ateniense, Timoteu. Timoteu, outrora um dos maiores generais na marinha ateniense em atividade, é acusado de ter sido mantido pelo pai de Apolodoro, que teria emprestado dinheiro para que ele pudesse viajar a negócios a fim de levantar recursos para manter seus navios e homens – em períodos de inatividade bélica era muito difícil para os generais manterem as suas tropas, pois o fundo militar fornecido pela cidade-Estado não era suficiente para arcar com os gastos de manutenção, os quais eram sempre complementados pelos butins das batalhas vitoriosas. Timoteu, não obtendo sucesso nos negócios, não teria conseguido pagar ao pai de Apolodoro, bolando um estratagema para se livrar da dívida. O caso, resolvido em um tribunal ateniense, ocorre em um contexto bem diferente nas relações entre Atenas e Macedônia, o ano de 362. O reinado macedônio era de Perdicas III, irmão de Alexandre II e Felipe II. Felipe II vivera sua adolescência como um refém de guerra em Tebas, inimiga de Atenas que derrotou uma primeira incursão macedônica na Grécia continental, liderada por Alexandre II. Ao retornar à Macedônia, após poucos anos foi colocado no trono para resolver uma crise política, iniciando um período de hostilidades que culminaria, em 338, na derrota ateniense da batalha de Queroneia e a perda da independência da democracia. As relações entre Atenas e Macedônia, no entanto, eram conturbadas e não somos capazes de entendê-las se as pensarmos como duas comunidades homogêneas se enfrentando, mas sim como frações de classe, tanto ateniense quanto macedônica, lutando para manter-se em suas posições em um período de extrema instabilidade política nos Bálcãs e na Grécia Continental. O comércio, mais uma vez, é uma das vias dessas relações:

“Timoteu, então, após isso, içou velas para encontrar com os generais do rei, mas Filondas, a quem ele havia apresentado meu pai como aquele que pagaria a carga quando tivesse voltado com a madeira, partiu em sua jornada para a Macedônia. (...) No ano seguinte Filondas voltou da Macedônia, trazendo a madeira, enquanto Timoteu esteve ausente a serviço do rei. Ele se aproximou do meu pai e o pediu que conferisse a carga de madeira, de modo que ele pudesse se encontrar com o dono do navio (...). Então, meu pai o levou até o banco e pediu a Fórmio que o pagasse a carga de madeira, 1750 dracmas. E Fórmio contou o dinheiro e anotou Timoteu como mutuário (pois foi ele que pediu a meu pai para conferir a carga de madeira e a madeira era dele) e, então, escreveu um memorando de que o dinheiro havia sido recebido e o nome de quem o havia recebido.”²⁴

²⁴Demosthenes. 49.28-30.

Além das dificuldades financeiras em que um grande general podia se encontrar após um período de poucos sucessos em termos de butins, o mais interessante nesta passagem são as saídas encontradas por um membro da elite para tentar reverter a situação. Uma vez em maus lençóis, Timoteu recorre a sua rede pessoal de amizades dentro da elite, grega e estrangeira. Pede ajuda do pai de Apolodoro, que prontamente o atende. Filondas, um outro homem de sua confiança, é envolvido no esquema. Enquanto isso, sai em sua empreitada comercial na Macedônia, mas logo ficamos sabendo que Timoteu, um importante general ateniense, tinha “serviços” a prestar para o rei da Macedônia em um momento cujo nível de tensão entre as *póleis* gregas e o reino ao norte começava a se tornar insustentável. Mais uma vez, a democracia ateniense perseguiu o aristocrata, considerando o réu, Timoteu, culpado e dando vitória do caso a Apolodoro. Mesmo que a disputa tenha se dado entre duas figuras importantes e conhecidas da população ateniense, dois políticos e oradores eminentes, a decisão dos casos estava nas mãos de um júri composto pelos mais diferentes tipos de cidadãos, inclusive alguns tão pobres que dependiam da taxa diária paga pelo Estado aos membros dos júris, escolhidos todos os dias. Para alguns historiadores, não era tanto a Assembleia, mas as cortes, os tribunais, o maior pilar do poder popular ensaiado na democracia ateniense²⁵. Timoteu, no entanto, recorreu a um expediente que deve ter sido bastante comum antes de ser pego, priorizando as suas relações pessoais, inclusive com estados não alinhados a Atenas no período, em detrimento dos interesses coletivos da *pólis*, usando os contatos que mantinha com a elite macedônica para, através do controle do comércio de um produto bastante requisitado em Atenas, poder alçar novos voos e recuperar sua posição de prestígio, em xeque após algumas décadas.

Conclusão:

Busquei apresentar, dentro dos limites propostos, dois exemplos que endossam o argumento de que é preciso ir além de uma compreensão “estadocêntrica” das relações interestatais durante o período clássico. Muitas vezes os interesses de determinados membros da elite podiam divergir completamente dos interesses políticos da comunidade no contexto regional. Esta contradição não percebida pelas análises estritamente jurídicas da história antiga, no entanto, era um dos motores de seu funcionamento. Seria impossível para uma *pólis* como Atenas conquistar e gerir um reino territorial da magnitude da Macedônia, portanto estava fora de cogitação uma conquista militar. Sua estratégia de acesso a um produto essencial para a reprodução da democracia ateniense, a madeira, base de sua marinha de guerra, tinha de passar pelas trocas. As trocas comerciais em tempos de paz poderiam ser asseguradas, apesar de dificultadas pela concorrência que outras comunidades interessadas na madeira macedônica poderiam oferecer. Em tempos de conflito direto entre Atenas

²⁵ Hansen (1999: 188-91)

e Macedônia, no entanto, como proceder, já que estariam fechadas as vias institucionais do comércio?

Atenas não tinha uma marinha mercante²⁶, estando a atividade comercial estritamente nas mãos de mercadores privados, cujo estatuto social podia variar consideravelmente. À exceção dos grandes debates relativos à importação de grãos, assunto recorrente na pauta de discussão da Assembleia, a circulação de outros produtos estava sujeita às idas e vindas dos mercadores em busca de seus próprios interesses, totalmente alheios à iniciativa da comunidade. Esta, no máximo, podia tentar regular, criar regras que favorecessem a oferta dos mais variados produtos nos mercados de Atenas e do Pireu, caso contrário os mercadores seguiriam outros fluxos, mais vantajosos. Não eram, porém, os mercadores, os únicos protagonistas deste processo.

Membros da elite política ateniense: oradores, generais, figuras públicas eminentes, por conta do funcionamento institucional da democracia e também através das relações de solidariedade de classe estabelecidas com as classes dominantes que residiam alhures, sob outras formações econômico-sociais, acabavam recorrendo às suas redes de contato e influência para manobrar as correntes do comércio de madeira, tendo em vista garantir o influxo de riquezas para seus cofres, mas também o prestígio e a segurança social que esses laços de solidariedade engendravam. Por outro lado, uma consequência deste impulso era manter os mercados atenienses quase sempre cheios dos produtos que as pessoas precisavam para viver, e que a democracia precisava para se reproduzir. As brechas deixadas pelo Estado e preenchidas pela iniciativa particular de membros da elite, contribuía dialeticamente para a manutenção do funcionamento da democracia, o regime de governo mais igualitário conhecido à época e para a distinção social dentro do próprio corpo cívico, já que aqueles que detinham o controle do comércio de bens tão fundamentais e lucrativos como a madeira, detinham as condições de sustentar uma carreira proeminente aos olhos da *pólis*. Uma carreira de orador, filósofo, general, tragediógrafo, comediógrafo, logógrafo, enfim, modos de vida que, normalmente, só podiam ser sustentados pela minoria desta minoria que eram os cidadãos, já que necessitavam um grande investimento de tempo e riquezas na sua consolidação.

Como diz o professor Kostas Vlassopoulos: “*History matters!*”²⁷. Uma análise focada em um conceito desencarnado de Estado ou guiada pela apreensão do comércio como fenômeno a-histórico, continuará nos mantendo distantes de melhor apreender e explicar o funcionamento dos modos-de-produção antigos. Pois:

*“Enquanto na vida comum qualquer lojista sabe muito bem a diferença entre o que alguém faz de conta que é e aquilo que ele realmente é, nossa historiografia ainda não atingiu esse conhecimento trivial. Toma cada época por sua palavra, acreditando naquilo que ela diz e imagina sobre si mesma.”*²⁸.

²⁶ Reed (1993: 77-8)

²⁷ Vlassopoulos (2007: 10)

²⁸ Marx & Engels (2007: 50).

Fontes:

Andocides. On His Return. In: **MinorAtticOrators**

I.1941. *Andocides and Antiphon*. With an English Translation of K. J. Maidment. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press. pp. 454-451.

Demosthenes. Against Timotheus. In: **Demosthenes.** 1939. *Orations 41-49. Private Cases*. With an English Translation of A. T. Murray. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press. pp. 373-419.

Bibliografia:

Braudel, F. 2005. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII. V.1: As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes.

Bresson, A. 2007. *L'Économie de la Grèce des Cités – Les Structures et la Production. V.1*. Paris: Armand Colin.

Borza, E. N. 1987. Timber and Politics in the Ancient World: Macedonia and the Greeks. *Proceedings of American Philosophical Society*. V. 31. N. 1. pp. 32-52.

Casson, L. 1971. *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Princeton: Princeton University Press.

Ehrenberg, V. 1960. *The Greek State*. New York: Barnes & Noble.

Finley, M. I. 1968. Slavery. *International Encyclopedia of the Social Sciences*. V. 14. pp. 307-313.

Hansen, M. H. 1999. *Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*. Norman: University of Oklahoma Press.

Hopper, R. J. 1961. The Mines and Miners of Ancient Athens. *Greece & Rome*. V. 8. N. 2. pp. 138-151.

Marx, K. 2011. *Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboço da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K.; Engels, F. 2007. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.

Meiggs, R. 1982. *Trees and Timber in the Ancient Mediterranean World*. Oxford: Oxford University Press.

Mossé, C. 1968. *La Fin de la Démocratie Athénienne: Aspects Sociaux et Politiques du Déclin de la Cité Grecque au IV^e Siècle avant J. C.* Paris.

Mossé, C. 2008. *Péricles – O Inventor da Democracia*. São Paulo: Estação Liberdade.

Pomeroy, S. B. et alli. *Ancient Greece – A Political, Social and Cultural History*. Oxford: Oxford University Press.

Reed, C. M. 1993. *Maritime Traders in the Ancient Greek World*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Roisman, J.** 2010. Classical Macedonia to Perdiccas III. In: **Roisman, J.; Worthington, I. (eds.)**. *A Companion to Ancient Macedonia*. Oxford: Wiley-Blackwell. pp. 145-165.
- SteCroix, G. E. M. de.** 1981. *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. Ithaca: Cornell University Press.
- Thommen, L.** 2009. *An Environmental History of Ancient Greece and Rome*. New York: Cambridge University Press.
- Vlassopoulos, K.** 2007. *Unthinking the Greek Polis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wood, E. M.** 1988. *Peasant-Citizen and Slave – The Foundation of Athenian Democracy*. New York: Verso.